

TRANSFERÊNCIAS CULTURAIS E CONTEXTOS DE APROPRIAÇÃO: EM TORNO DA *ESCOLA DO RECIFE*

Aruanã Antonio dos Passos
Docente Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Doutorando na Universidade Federal de Goiás (UFG)
aruana.ap@gmail.com

Resumo

O trabalho procura analisar as dimensões da *Escola do Recife* enquanto objeto de investigação em torno das transferências culturais na crítica do pensamento nacional. Para tanto, procuramos compreender a relação teórica entre contextos de apropriação e os principais temas, conceitos, ideias e debates relacionados à *Escola*, principalmente ao núcleo referencial formado por Tobias Barreto e Sílvio Romero. Para tanto, cruzamos a dimensão teórica, historiográfica e empírica a fim de compreender as reverberações dessas dinâmicas de circulação de ideias entre gerações diversas de intelectuais e suas obras. No presente trabalho nos atemos as possibilidades de interconexão entre a noção de “contexto de apropriação” no caso da trajetória da *Escola do Recife* dentro da chamada “crítica do pensamento nacional”, dos “intérpretes do Brasil”, ou ainda, das tensões inerentes às nossas tradições intelectuais.

Palavras-chave: Escola do Recife; transferências culturais; historiografia.

TRANSFERS CULTURAL AND APPROPRIATION OF CONTEXT: AROUND THE RECIFE SCHOOL

Aruanã Antonio dos Passos
Docente Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Doutorando na Universidade Federal de Goiás (UFG)
aruana.ap@gmail.com

Abstract

The paper analyzes the dimensions of the Recife School as an object of research around the cultural transfers in the critique of national thought. Therefore, we seek to understand the theoretical relationship between ownership of contexts and the main themes, concepts, ideas and debates related to school, especially the reference core formed by Tobias Barreto and Silvio Romero. Therefore, cross the theoretical dimension, historiography and empirical in order to understand the reverberations of these dynamic flow of ideas between different generations of intellectuals and their works. In this paper we stick the possibilities of interconnection between the notion of "ownership of context" in the case of the history of the Recife School within the call "critical national thought", the " interpreters of Brazil" or the tensions inherent in our intellectual traditions.

Keywords: Recife School; Cultural transfers; historiography.

Localizando o problema

Os estudos sobre o pensamento brasileiro da segunda metade do século XIX constituem-se numa tradição já bastante explorada nas ciências sociais e na historiografia brasileira. Diversas abordagens de análises foram experimentadas. Das que enfatizam as correntes de pensamento às que defendem uma abordagem sociológica, onde as ideias são vinculadas as classes e grupos sociais emergentes, as perspectivas são variadas. Um dos principais estudos em torno do movimento de ideias da intelectualidade nesse período histórico é a tese de Angela Alonso sobre a geração de 1870 e seu papel na crise do Império (ALONSO, 2002). Através de uma sociologia das posições dos integrantes da geração de 1870, Alonso prioriza uma percepção das variadas ideias onde as divergências são relegadas a um segundo plano em nome de uma relação elementar, “estruturante” entre o contexto social conjectural e a própria existência de determinadas ideias. Assim, as variações nas filiações teóricas estrangeiras e os embates desses intelectuais são explicados pelos seus interesses de classe e de ascensão social dentro das estruturas das elites no império.

Sabemos que a constituição da elite política imperial foi bastante tributária dos bacharéis e letrados. No movimento de ideias e ideais da segunda metade do século XIX e concentrados na chamada geração de 1870, a relação estabelecida com o Império é bastante irregular. Em muito as ondas de racionalização e crítica a um sistema político fadado a crise que é acelerada, segundo Alonso, pelos diversos intelectuais da geração de 1870 e pelo *status* do intelectual¹. Para José Murilo de Carvalho: “*Tanto as ideias e valores que predominavam entre a elite, como as instituições implantadas por esta mesma elite mantinham relação tensa de ajuste e desajuste*” (CARVALHO, 2003, p. 417).

Isso pode ser compreendido porque a geração de 1870 foi constituída em grande medida por intelectuais “marginalizados” da política imperial. Um estrato social letrado formado por profissionais liberais, jornalistas, bacharéis que: “*para exercer sua insatisfação, buscaram espaços de protesto na nova imprensa e procuravam doutrinas que os ajudassem a criticar a situação desvantajosa em que vivenciavam e que legitimassem seus anseios de mudança (...)*” (ALONSO, 2002, p.87). Não gratuitamente para Sílvio Romero, Tobias Barreto: “*ficou (...) como o mestre injustiçado; o provinciano esquecido a ser resgatado*” (ALONSO, 2002, p.11).

¹ Em torno do prestígio das profissões liberais que contém em si grande parte dos intelectuais, “apenas, no Brasil, se fatores de ordem econômica e social – comuns a todos os países americanos – devem ter contribuído largamente para o prestígio das profissões liberais, convém não esquecer que o mesmo prestígio já as cercava tradicionalmente na mãe-pátria”: In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 29. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.157.

Partimos no início de nossa investigação para a composição das transferências e circulações culturais - entre “nós” e um “eles” - que era eminentemente estrangeiro (francês, alemão, inglês). No entanto, o que se deslumbrou em nosso percurso é um embate de disputas que se davam internamente em solo nacional entre nossos intelectuais e a composição das relações de força entre esses intelectuais ao longo de nossa história. Coube então, redimensionar a problemática para percepção dos efeitos dessa composição de forças internas, e se haveriam ou não consequências teóricas, metodológicas, epistemológicas contribuindo ou complicando a constituição de um “pensamento” nacional.

Nesse sentido, os estudos das “transferências culturais” vêm assumindo uma importância crescente na análise das relações interculturais, e mais especificamente, das possibilidades de escrita da história intelectual e da história dos intelectuais. No âmbito da historiografia os estudos são relativamente recentes. Remontam aos trabalhos de Michel Espagne e Michaël Werner, em meados dos anos 80, sobre as trocas culturais entre França e Alemanha entre os séculos XVIII e XIX². A perspectiva explorada por esses autores se concentra nos fluxos e trocas culturais levando em consideração as dinâmicas inerentes aos processos de descontextualização e recontextualização de ideias e objetos culturais. No caso da produção de conhecimento há um peso muito forte das transposições nacionais: “*assim, quando um texto científico é transposto de um espaço cultural (intelectual e linguístico) para outro espaço nacional, inevitavelmente, sua significação, ligada a sua historicidade e a sua temporalidade, se modifica*” (SILVA, 2010, p. 204).

Transferências culturais e contextos de apropriação

Dessa forma a proposta das transferências culturais realiza um esforço de superação de uma dicotomia entre uma história intelectual e uma história social dos intelectuais e suas ideias. Essa dicotomia bastante presente na historiografia norte-americana, que vivenciou uma febre de estudos de história das ideias e história intelectual nos anos 1940 e 1950, colocou em choque suas abordagens dos intelectuais e suas obras: uma voltada para uma história social dos intelectuais em

² Cf. WERNER, Michael e ZIMMERMANN, Bénédicte. Beyond comparison: Histoire *croisée* and the challenge of reflexivity. *Annales*. Jan-Feb. 2003, 58, 1, pp. 7-36. WERNER, Michael e ZIMMERMANN, Bénédicte (eds.). *De la comparaison à l'histoire croisée*. Paris, Seuil, 2004. ESPAGNE, Michel. *Les transferts culturels franco-allemands*. Paris: PUF, 1999. ESPAGNE Michel, WERNER Michel (dir.). *Philologiques III, Qu'est-ce qu'une littérature nationale ? Approches pour une théorie interculturelle du champ littéraire*. Paris: MSH, 1994. ESPAGNE Michel, WERNER Michel. *Transferts. Les Relations inter-culturelles dans l'espace franco-allemand (XVIII-XIXe siècles)*. Paris: ed. Recherche sur les civilisations, 1988. ESPAGNE Michel. *L'histoire de l'art comme transfert culturel: l'itinéraire d'Anton Springer*, Paris: Belin, 2009.

diálogo com a sociologia e uma história intelectual mais ligada a filosofia. As divergências são de abordagem, mas também de procedimentos metodológicos e de seleção das fontes documentais (textos, obras, discursos etc.). Segundo Dominick LaCapra:

If the social historian seeks to recover the experience of past actors through the use of primary texts, the historian of thought is inclined to see those very same primary documents as the expression of thought; what organizes and gives shape to a text – any text, including census records, political and legal documents, personal memoirs – is not the experience that it purports to describe, but the imaginative or conceptual sensibility that frames it (WICKBERG, 2001, p. 390).

Essa dimensão da forma com que o pensamento se expressa no texto referida por LaCapra e que no olhar de um historiador social assume outra conotação, também nos permite analisar os textos de natureza diversa dos integrantes da Escola, ainda que tenham uma natureza mais “filosófica” ou “política” guardam em si tanto dimensões que transcendem essas classificações.

Tanto a história intelectual, que se serve de seus métodos e objetos, como a teoria das transferências culturais, que explicita os procedimentos (de importação, de seleção e de adaptação), fornecem subsídios para uma melhor compreensão dos bens culturais (importados ou exportados). Mesmo não se referindo, necessariamente, a uma perspectiva de relação recíproca entre espaços nacionais, a análise dos fenômenos de exportação e de importação é reveladora da projeção coletiva das imagens e das representações culturais (SILVA, 2010, p. 220).

Sob esse aspecto a tarefa de realizar uma leitura *das* leituras de intelectuais *sobre* intelectuais necessita de uma abordagem das temporalidades e dos contextos de circulação de ideias que não pode ser circunscrito numa linearidade rígida, porque o movimento dessa apropriações não seguem, necessariamente, uma lógica temporal linear. Como destaca Lucia Lippi Oliveira, ao analisar as leituras feitas sobre as ideias e obras de Oliveira Vianna, podemos sintetizar essa complexidade da perenidade ou não das ideias de um autor pelo exemplo do próprio Oliveira Vianna e dos destinos que sua obra assumiu pela posteridade:

Oliveira Vianna foi autor de seu tempo, elo de ligação entre a chamada geração de 1870 (Sílvio Romero, Euclides da Cunha, dentre outros) e o pensamento nacionalista brasileira após a Primeira Guerra Mundial (marcado pelos críticos da Constituição de 1891 e da República Velha) e vai dar suporte ideológico ao Estado brasileiro no pós-30 e principalmente no pós-37 (OLIVEIRA, 1993, p. 242).

Haveria assim uma clara passagem entre gerações de elites intelectuais constituídas por sujeitos que faziam parte ativamente, não apenas dos debates intra elites, mas também das ações e posições políticas. Típico de um contexto histórico onde os intelectuais exerciam uma série múltipla

de posições no campo que ia da crítica literária à proposição de formas de governo e exercício do poder por parte dos governantes. Por alto, em geral, os intelectuais do Brasil Imperial são visualizados enquanto intimamente relacionados com o seu desejo de ascensão social nos estratos daquela ordenação. Essa ascensão se daria pelo reconhecimento de notório saber (daí então tantas polêmicas entre esses intelectuais ser uma constante do período) ou pelo exercício de cargos políticos e administrativos. Assim, suas ideias e obras seriam meramente simulacros de seus interesses de ascensão social. Por isso caberia ao presente o desafio de realizar a revisão das ideias de nossos antepassados. Como ironiza Gildo Marçal Brandão: “*Seria importante, em consequência, retomar a obra centralizadora dos 'reacionários audazes' do Império*” (sic.) (BRANDÃO, 2005, p. 247).

Retrospectivamente, há uma recorrência nos anos 1970 de referências a Tobias Barreto que o incluem no hall dos grandes pensadores nacionais, os “intérpretes” do Brasil. Essa recorrência de certa maneira se enfraquece dentro do universo acadêmico, intermitentemente reaparecendo em alguns estudos de direito, sociologia e filosofia. No direito por seus trabalhos em torno dos direitos da educação da mulher, da sua defesa de um regime jurídico criminal singular para menores e loucos; na sociologia pelas análises sobre nossas estruturas sociais, sendo referenciado como precursor da disciplina em território nacional; na filosofia seu legado é constantemente reduzido ao seu reconhecimento do pensamento de Kant, também definido de forma frequente como precursor da obra kantiana no Brasil.

Podemos destacar a tese de doutoramento de Adalberto Marson defendida em 1975 e apresentada na faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo:

A crítica do artificialismo, da imitação, da dependência e da marginalização das elites então dominantes, que Alberto Torres depositou nos seus escritos, constitui um dos maiores legados à linhagem da “sociologia nacionalista” brasileira, que floresceu na década de 50. situado pelos intelectuais nacionalistas dos anos 20 e 30, no grupo privilegiado dos “pensadores” mais “assimilados” e “realistas” (Sílvio Romero, Euclides da Cunha Farias Brito, Tobias Barreto, entre os mais destacados), Alberto Torres foi recuperado pela sua capacidade de denúncias às “ficções jurídicas” e ao comportamento “alienado” dos políticos e intelectuais brasileiros (MARSON, 1979, p. 202)³.

No caso da historiografia Tobias Barreto figura de maneira pálida e cinza, sendo citado por alto frente às análises sobre o movimento abolicionista e superficialmente no campo das ideias. No

³ Interessante destacar no estudo de Marson sua percepção das apropriações das ideias de Alberto Torres é uma dimensão que necessitaria de estudos mais cuidadosos. Nas suas palavras: “*Como última reflexão, é sabido que o legado nacionalista de Alberto Torres sofreu, posteriormente na década de 20, uma sucessão de apropriações por parte de movimentos intelectuais e políticos, cuja importância exigiria outra investigação. As apropriações foram acompanhadas simultaneamente de rejeições, conforme o tipo de conveniência que orientava as interpretações*”. In: (MARSON, 1979, p. 203).

entanto, tanto Tobias quanto Sílvio Romero conheciam as obras dos grandes mestres historiadores do seu tempo. Como profere Romero em relação a esses historiadores: “*Em tempos posteriores, Niebuhr, Otfried Müller, Curtius, Mommsen, Sybel, Zeller, Ranke, Gervinus, Gregorovius, Droysen constituem uma forte legião que levaram a história em todas as direções*”. E ainda: “*Nunca em tempo algum houve um tão profundo conhecimento e tão completa consciência do passado. Os alemães foram os grandes obreiros dessa transformação*” (ROMERO, 1980, p. 597). A circulação de autores estrangeiros em território nacional no oitocentos era muito intensa, ainda que pela citação de autores estrangeiros. Claro que a forma com que muitas ideias chegavam aos nossos intelectuais era, muitas vezes, tortuosa. Chegavam ideias de “segunda mão”, autores citados em fragmentos por outros autores em contextos textuais diversos e pouco esclarecedores. Não é a toa que Tobias se esforçou por aprender sozinho a língua alemã com o claro intuito de se relacionar diretamente com os autores germânicos. E assim o fez. Trocando correspondências com editores e professores na Alemanha e também com a comunidade germânica que possuía jornais no sul do Brasil, como veremos.

Ou seja, os contextos de apropriação são múltiplos, variados e polivalentes e se dão internamente (em território nacional) e externamente (envolvendo agentes no estrangeiro). Eles transitam entre a troca de obras, citações e referências que, muitas vezes, não esclarecem em detalhes a maneira com essas obras, ideias e autores foram apresentados, como se deu sua leitura, com que instrumentos e sob quais condições foram absorvidos pelos pensadores nacionais, já que eles mesmos constantemente não fazem questão de esclarecer esses pormenores, cabendo ao investigador explorar essas dimensões cruzando textos e autores tanto originais do momento histórico, quando da exegese (historiografia, crítica literária, filosófica e fortuna crítica): “*Nesse sentido, sua inteligência depende do momento histórico, isto é, do grau de consciência de que os atores adquiriram de sua própria herança, o que supõe, por outro lado, exploração empírica sistemática e trabalho teórico prévio, sem as quais tais formas não serão expostas à luz, incorporadas à experiência*” (BRANDÃO, 2005, p. 256). Fato esse válido também para as figurações da *Escola* ao longo da posteridade em seus estados da arte.

Sob a condição, é claro, de não nos limitarmos às trajetórias apenas dos 'grandes' intelectuais e de descermos até o estrato intermediário dos intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram, e até a camada, ainda mais escondida, dos 'despertadores' que, sem serem obrigatoriamente conhecidos ou sem terem sempre adquirido uma reputação relacionada com seu papel real, representaram um fermento para as gerações intelectuais seguintes (SIRINELLI, In: RÉMOND 2003, p. 246).

Assim, para o diagnóstico e para uma maior precisão no mapeamento das trocas culturais entre os

agentes culturais não basta apenas levar em consideração os sujeitos consagrados pela historicidade de suas como “cânones” ou “clássicos”. É preciso também levar em conta os “de menor notoriedade”, como afirma Sirinelli, já que: “(...) *é fundamental para o estudo das “transferências culturais” a dimensão intercultural dos conceitos que elas analisam, ou seja, as próprias transferências, que são também fenômenos de criação e de deslocamento semântico*” (SILVA, 2010, p. 208). Deslocamento semântico proporcionado pelas trocas entre esses agentes, onde a mecânica das transferências forma uma tecitura discursiva, a qual apenas à posteridade realizará uma hierarquização, e pelos motivos mais diversos.

Mapear o percurso, a trajetória de uma obra e um autor não são objetivos simples e colocam em jogo todos os paradoxos e embates do tipo indivíduo/sociedade. No entanto, abordar os fragmentos textuais reestruturando suas intertextualidades, conexões, debates, referências e auto referências parece ser um ponto de apoio fundamental para um olhar que possa escapar desses paradoxos, já que: “*antes de mais nada, os intelectuais constituem um grupo social de contornos vagos que durante muito tempo foi pouco significativa em termos de tamanho*” (SILVA, 2010, p. 234). Assim, pensar a noção de autoria também é de extrema importância no redesenhar de uma trajetória intelectual. Já levantamos a problemática das transferências culturais e aqui a noção de autoria também é decisiva e, se por um lado, o autor funciona discursivamente como simulacro conectivo de uma série de outros discursos, autores, obras, também é inegável que funciona como ponto de ancoragem para o redesenho desses discursos em seu tempo e suas apropriações pela posteridade que acaba conformando aquilo que se tornará “clássico”, “cânone” ou “paradigma”, se levarmos em consideração a formulação de Thomas Kuhn, para o qual: “*um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma*” (KUHN, 1998, p. 219).

A Escola do Recife no contexto das apropriações e transferências culturais

Segundo Michel Foucault: “*O nome de autor é um nome próprio; põe os mesmos problemas que todos os nomes próprios (refiro-me aqui, entre outras análises, às de Searle). Evidentemente não é possível fazer do nome próprio uma referência pura e simples*” (FOUCAULT, 2012, p. 42). Ou seja, precisamos reconstituir as significações do que quer dizer esses nomes próprios os quais suas figurações na posteridade são nosso alvo privilegiado de investigação: “Tobias Barreto”, “Sílvia Romero”, “Escola do Recife” etc. No entanto, o nome do autor não exerce apenas uma função em

determinado discurso, porque ele permite uma classificação, segundo Foucault. Em outras palavras, ele mantém relação com outros textos se opondo ou se conectando, rivalizando ou reforçando sua significação. Voltamos ao problema das temporalidades já que são intrínsecas as filiações e referências intertextuais:

A recombinação de temporalidades diferentes numa mesma narrativa não é mais vista como uma deformação anacrônica ou mesmo sinônimo de desordem, mas de constituição de um sistema lógico que trabalha com sentidos pré-constituídos. Pela dinâmica interna do sistema e pelos seus enunciados, a narrativa e a estética assumem o papel principal. O conteúdo histórico em essência torna-se periférico, porém sobre o qual ainda se narra e se estiliza. As múltiplas recombinações de temporalidades possíveis no sistema levam a implodir as polarizações de posições tão caras ao pensamento dialético (DIEHL, 2006, p. 371).

Da mesma forma o historiador está submerso nesse mecanismo discursivo já que: “*o que o historiador produz é uma expressão textual organizada a partir de pontos de vistas de interesses pelo conhecimento, de perspectivas de orientação teórica, de estratégias metodológicas e de estruturas narrativas*” (DIEHL, 2006, p. 379). E o contexto textual e de imersão do intelectual e suas ideias são fundamentais nesse sentido, cabendo ao historiador elencar pontos de ancoragem específicos de acordo com os objetos vislumbrados, tendo em mente que: “*O 'contexto' pode ser multidimensional: uma situação política específica, um meio social ou cultural, um contexto institucional como um julgamento*” (BRETT, 2006, p. 155). Essa multidimensionalidade torna a tarefa de uma restituição das significações discursivas extremamente complexas e coloca em jogo o problema da intencionalidade na produção dos enunciados. Nas palavras de Gildo Brandão: “*Na verdade, o significado que uma teoria, ideia ou interpretação acaba adquirindo mesmo no contexto em que foi produzida, nem sempre coincide com a intenção de quem a formula e com o público que a acolhe*” (sic.) (BRANDÃO, 2005, p. 244-5).

Texto/contexto é outro nó teórico insolúvel numa pesquisa que se vale de fragmentos discursivos do passado para a compreensão das apropriações e transferências culturais: “*As relações entre os textos e os seus contextos específicos, que podem ajudar-nos a compreender a intencionalidade dos primeiros, devem, pois ser entendidas como igualmente complexas e mutuamente determinantes*” (BRANDÃO, 2005, p. 158). Determinação mútua e não apenas a redução de ideias a determinado contexto histórico ou conjuntura cultural ou política. Mas, haveria uma autonomia relativa ou absoluta dos agentes de um discurso em sua elaboração e circulação de significantes? Haveria em nosso caso específico e nas dimensões deste trabalho a possibilidade de determinar o *leitmotiv* intrínseco a essas apropriações culturais?

O intuito, claro, é demarcar a existência, no plano das idéias e das formas de pensar, de continuidades, linhagens, tradições, o que, convenhamos, não é de pouca monta em um país e em uma historiografia que insistem a seco, com tristeza, ou ironicamente, o efeito é o mesmo – em dizer que a vida intelectual nunca deixou de ser o passatempo de senhores ociosos, que nunca houve conservadorismo entre nós porque entre eles não há pensamento, o liberalismo foi sempre de fachada, o socialismo não passou de amálgama entre positivismo e estupidez etc. (BRANDÃO, 2005, p. 245).

Tal qual enunciado por Michel Foucault a autoria é apenas função do discurso. O autor é uma unidade do discurso. Assim, como a unidade “Tobias Barreto”, a unidade “Escola do Recife”, a unidade “Silvio Romero”, é manipulada (não necessariamente no sentido autoconsciente e determinado, mas em sua acepção de uso e funcionamento em determinada argumentação ou debate) na construção da cultura historiográfica brasileira? E o que essa manipulação nos revela, já que, *“a arqueologia foucaultiana mata o agente-autor e, assim, esse modo de história intelectual depende da noção de acção histórica individual. Mas não é anti-histórica, no sentido em que continua a situar e a localizar no espaço e no tempo esses blocos de discurso ou 'regimes de verdade'”* (BRETT, 2006, p. 160). Mas do nível da temporalidade essa dissolução do sujeito-autor implicaria em uma possibilidade de flexibilização dos fluxos temporais que pudessem acompanhar o fluxo das ideias? Questão extremamente delicada que toca, de maneira incisiva, na pluralidade do desenvolvimento de nossa história intelectual, mas também nas discontinuidades desse desenvolvimento. Como ressalta Gildo Brandão, não se trata apenas de demarcar posições num vasto e acidentado campo, mas também identificar certos padrões de filiações desses intelectuais, ainda que pareçam contraditórias e enganosas num primeiro golpe de vista. Vejamos:

Não se trata sequer de imaginar no plano das constelações ideológicas – ainda que esta seja a esfera do real que muda mais lentamente e tenha maior capacidade de sobrevivência uma espécie de reprodução dessa história imóvel de cinco séculos que, pela direita e pela esquerda, algumas das “interpretações do Brasil” injetaram no senso comum, teorias segundo as quais o que viria a ser a sociedade brasileira já estava prefigurado civil e economicamente tão logo o português aqui montou a primeira feitoria ou começou a produzir para o mercado mundial. Ao contrário, há que partir da altíssima taxa de mortalidade das iniciativas intelectuais de se haver com nossa experiência, de reconhecer que a história das ideias, das ideologias e das teorias políticas é, em grande parte, um vasto cemitério, de tal maneira que a constituição de “famílias intelectuais” e formas de pensar é mais um resultado do que um pressuposto – padrões que se constituem ao longo de reiteradas tentativas, empreendidas aos trancos e barrancos por sujeitos e grupos sociais distintos, de responder aos dilemas postos pelo desenvolvimento social (BRANDÃO, 2005, p. 251).

Do ponto de vista do paradigma desconstrucionista a resposta é positiva tendo em vista que: *“Nas formas radicais de desconstrução, nada nos diz que a intertextualidade deva limitar-se a qualquer momento histórico particular, pelo que ameaça qualquer tipo de história intelectual que dependa da noção de série”* (BRETT, 2006 p. 161). Relacionar então, e reconstituir as relações entre textos

diversos que dialogam entre si e se referenciam em contextos culturais e temporais distintos, é um desafio árduo a ser enfrentado pela história intelectual. E além de um desafio é uma realidade inerente a dinâmica de produção de significados efetivado por intelectuais, já que ideias, autores e obras transcendem sua temporalidade de existência. Irrumpem seu tempo lançando iras ao futuro de maneira indeterminada, perdendo e ganhando outros significados ao longo do tempo. Formando assim camadas de sentidos marcadas pela tradição e pela herança. Assim:

Uma parte das condições para a intertextualidade, uma parte da demissão do autor enquanto agente de significado, é a ênfase no papel do *leitor* na determinação do significado dos textos. A leitura não é entendida como absorção ou consumo passivo de significado, mas como um acto de *escrita*: quando lemos, estamos a escrever. Uma vez mais, nas formas radicais de desconstrução, esta escrita criativa não se limita a um determinado momento histórico, pois 'nós' fazemo-la no aqui e no agora (BRETT, 2006, p. 161).

Dessa maneira um dos cuidados que o historiador precisa efetivamente ter na mais alta conta é a historicização profunda dos textos tanto em seus conteúdos quanto em sua materialidade de produção e circulação. Ainda sobre o contexto é fundamental delimitar o que entendemos por *contexto*. Segundo a historiadora inglesa Annabel Brett:

(...) o uso do artigo definido, como em 'o' contexto, é demasiado simplista e determinista: podem existir diversos contextos para um determinado texto, contextos esses que podem sobrepor-se ou relacionar-se de determinadas maneiras. Além disso, um contexto é, por definição, partilhado com outros oradores – os quais, num dado momento, são os ouvintes ou leitores. O orador ou produtor do texto poderá tentar controlar diversos modos o contexto de sua elocução, ou monopolizar a definição do que está 'fora de contexto'; mas não tem possibilidade de determinar a inclusão de alguns leitores (e leituras) e a exclusão de outros – ainda que recorra à espada, como aconteceu frequentemente, para defender certas leituras e eliminar outras. O carácter público da linguagem impossibilita a sua total sujeição aos propósitos de qualquer agente individual (BRETT 2006, p. 162-3).

Mapear o percurso também envolve a percepção mais aproximada possível dessas sociabilidades intelectuais onde, “*as 'redes' secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos*” (SIRINELLI, 2003, p. 252). E isso é bem verdade no caso da Escola do Recife, pois as relações que se estabeleceram nos docentes e alunos reunidos na Faculdade de Direito guardam tanto divergências e debates profundos, quanto elementos comuns de ordenação de pensamento e obra sedimentados por camadas de interpretações que se deram ao longo de nossa história republicana crivada pelo desenvolvimento de processos relacionais e, ao mesmo tempo, com suas próprias especificidades ao longo da história: como a imprensa, a universidade, os intelectuais e suas relações com os poderes estabelecidos, não apenas o Estado, mas o direito, o sindicalismo, as lutas trabalhistas, dentre outras.

Nas palavras de Helenice Rodrigues da Silva:

Assim, a introdução de um autor, de uma obra ou de uma corrente intelectual e/ou estética estrangeira, dentro de um espaço cultural nacional, se processa por meio da mediação de “atores”, individuais e/ou coletivos. Edições, missões, instituições universitárias desempenham, igualmente, a função de intermediários nesse processo de deslocamento semântico e de reelaboração de sentido. Investigar os mecanismos de produção, de difusão (transmissão) e de recepção significa fazer uso, igualmente, da história intelectual que se ocupa desses mesmos objetos (SILVA, 2010, p. 217).

Essa introdução de autores estrangeiros em nosso contexto nacional é uma constante tanto no contexto em que estavam imersos Romero e Barreto, quanto dos críticos e comentadores mais recentes do movimento. Na origem, o alvo da crítica era a corte imperial e tudo que a caracterizava: cultura, língua, política, costumes. A província, especialmente no caso de Barreto, era o espaço da resistência a um centralismo cultural que impunha sua força. Mas também a província representava a possibilidade de ao rivalizar com o centro possibilitar a produção de uma distinção do intelectual dentro do campo. Como bem descreve Romero sobre a vida cultural nas províncias, estas: *“Intelectualmente não oferecem estrada larga e desassombrada a seus filhos. E não é só a carreira intelectual que foi expelida das províncias; política, econômica e socialmente o provinciano acha-se quase tolhido, mesmo depois da República”* (ROMERO, 1980, p. 582).

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. Rio de Janeiro: DADOS – **Revista de Ciências Sociais**. Vol. 48, n. 2, 2005.

BRETT, Annabel. Que é a história intelectual hoje? In: CANNADINE, David (coord.). **Que é a História Hoje?** Lisboa: Gradiva, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

DIEHL, Astor Antônio. Teoria Historiográfica: diálogo entre tradição e inovação. Belo Horizonte: **VARIA HISTÓRIA**, vol. 22, nº 36, jul/dez de 2006.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 8. ed. Lisboa: Passagens, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- MARSON, Adalberto. **Ideologia Nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Uma leitura das leituras de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de. (organizadores). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Contribuições e Estudos Gerais para o Exato Conhecimento da Literatura Brasileira. (2º Volume). 7.ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1980
- SILVA, Helenice Rodrigues da. Transferências de Saberes: modalidades e possibilidades. Curitiba: **História: Questões & Debates**, n. 53, jul-dez 2010.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- WICKBERG, Daniel. Intellectual History vs. the Social History of Intellectuals. London: **Rethinking History**, 5:3, 2001.

Recebido: 24/08/2015 – Aprovado: 02/05/2016